



Responsabilidade *versus* assistencialismo em projetos sociais: uma experiência de resgate da dignidade humana

Cleoci Rockenbach
cleocirockenbach@ibest.com.br

Eixo Temático: Humanismo & Complexidade

Resumo: O trabalho a seguir é uma reflexão sobre a prática na área da assistência social que valoriza o humanismo e o protagonismo da pessoa. Como objetivo, visa-se demonstrar que a prática meramente assistencialista não é solução para o problema da pobreza, ao contrário, apenas a enaltece e agrava. Como alternativa para a construção de uma nova sociedade, pontua-se a responsabilização da pessoa para a construção de si mesmo.

Palavras-chave: assistencialismo; responsabilidade; dignidade; assistência social; humanismo.

Responsibility versus social welfare projects: an experience of recovering the human dignity

Abstract: The following work is a reflection on the practice in the area of social assistance humanism valuing and the role of the person. The aim is to demonstrate that the merely practice welfare is not the solution to the problem of poverty, on the contrary, only praises and aggravates. As an alternative to building a new society is the responsibility of the person for the build yourself.

Keywords: welfare; responsibility; dignity; welfare; humanism.

1 Pobreza, assistencialismo e responsabilidade

Buscar a erradicação da pobreza e proporcionar melhores condições de vida à classe menos favorecida da população brasileira é a meta para a área social do atual governo. Nesse contexto, o desenvolvimento humano passa a ser, também, responsabilidade além dos governantes, dos empresários e operadores sociais, uma vez que todos devem contribuir para proporcionar melhores condições de vida para os mais necessitados, ou seja, se outro ser humano sofre, não está bem, cada um é tocado em sua humanidade. Seguindo este viés, o presente artigo é o relato de uma experiência de atuação que busca contribuir para o alcance destes objetivos e refletir sobre o ser humano, a pobreza, a assistência social e a responsabilização da pessoa.

Inicialmente cabe destacar que a Assistência Social nasceu vinculada aos movimentos religiosos, que possuíam “fundos de caridade” para conferir auxílio aos pobres, como estratégia de controle social e reforço da submissão destes. Como descreve Martineli (2001),



“a assistência era usada como forma de controlar a pobreza e de ratificar a sujeição e a submissão daqueles que não detinham posses ou bens materiais” (p. 97).

No Brasil, a partir da Constituição Federal de 1988, a Assistência Social passou a ser considerada direito do cidadão e responsabilidade do Estado. Isto é, “ser assistido” passou a ser um direito garantido a todos os que necessitam, sem precisar de qualquer contribuição por parte do indivíduo.

Já que somos seres humanos, o sujeito que pratica a assistência social e o objeto de sua intervenção é sempre o homem, devemos compreender a sua peculiaridade em relação aos demais seres vivos. Para isso, tomemos um dos clássicos do humanismo histórico, Pico della Mirandola¹, que diz: *nada há de mais admirável que o próprio homem*. Della Mirandola (2010), em seu *Discurso sobre a Dignidade do Homem*, escreve:

O Supremo Arquiteto fez habitar a moradia terrestre com toda espécie de animais. Ao término do seu labor, desejava o Artífice que existisse alguém capaz de compreender o sentido de tão grande obra, que amasse sua beleza e contemplasse a sua grandiosidade. Por conseguinte, ao fim e ao cabo de toda obra, pensou, por derradeiro, no homem (PICO DELLA MIRANDOLA, 2010, p. 38-39).

Ou seja, apenas ao homem foi dada a possibilidade de admirar e compreender a grande obra da criação, por isso se diferencia dos demais seres vivos. O homem possui uma grandeza e uma sacralidade que precisa ser respeitada, dignificada, resgatada. Pois, quando o outro sofre em sua dignidade, em sua humanidade, também o humano que existe em mim é ferido e entra em sofrimento.

Por outro lado, as reflexões e a prática apoiaram-se na metodologia ontopsicológica, cuja visão é o homem protagonista responsável. De acordo com Meneghetti (2010), sobre as origens da pobreza:

A discrepância econômica não se deve a uma lógica da natureza, a uma lógica social de per si... Depende de uma psicologia arraigada na infância, através da educação que depois resulta em uma preguiça: o sujeito assume uma postura de “parasitar”. Substancialmente, não se desenvolve nele uma reação a tornar-se, a se qualificar, a amadurecer, a se aperfeiçoar (MENEGETTI, 2010, p. 50-51).

¹ Giovanni Pico nasceu no castelo do condado de Mirandola, perto de Módena, na Itália, em 1463. Morreu ainda jovem, com apenas 31 anos, em Florença, em 1494. Consagrou-se inteiramente aos estudos, freqüentando os melhores centros da cultura erudita da época. Teve assim oportunidade de estabelecer contato direto com os expoentes do renascimento e deles assimilou a riqueza de conhecimentos, tornando-se uma das expressões mais genuínas do humanismo.



Sendo o homem protagonista responsável, dotado por natureza de enorme potencial, as dificuldades e adversidades são apenas estímulo para o crescimento, o aprimoramento e a superação. Porém, é a própria pessoa que, por decisão voluntária, deve fazer o empenho necessário. Pico della Mirandola (2010) refere-se ao livre arbítrio e à possibilidade de autoconstrução do homem: “porém, o Artífice, ao homem, não deu nem uma sede determinada, nem um aspecto peculiar, precisamente para que o lugar, as tarefas e a imagem sejam realizadas pelo mérito, vontade e livre consentimento próprios” (p. 39). Ou seja, o homem é um projeto aberto e possui intrinsecamente a virtualidade para construir-se de inúmeros modos, mas é preciso empenho e esforço próprios. No processo de autoconstrução, a pessoa não pode ser substituída.

Nessa perspectiva, a situação de pobreza, no fundo, é decorrente da falta de empenho da própria pessoa, que não foi estimulada, não foi responsabilizada a buscar a superação desta situação. Porém, há também a responsabilidade das autoridades, dos governantes que, ao longo dos anos, têm sido coniventes com esta situação, ou por desconhecer alternativas para a sua superação, ou por ter interesse em manter a massa neste estado, pois assim são ovelhas de fácil manipulação.

O historiador brasileiro Eduardo Afonso (2010) afirma que, “num período particular da história nacional, foram alterados elementos da cultura e educação essenciais para o desenvolvimento da capacidade racional” (p. 86), criou-se, assim, um enorme contingente de pessoas acomodadas, apáticas, passivas, que não questionam, não pensam, não criticam e, por consequência, também não cobram, não exigem quando o Estado não executa com eficiência e qualidade as ações, os serviços que, financiados com os impostos pagos por todos, está obrigado a executar.

Considerando que, devido a este contexto histórico, a massa perdeu a possibilidade de alcançar um verdadeiro protagonismo social e econômico. Dessa forma, é dever do estado, do líder, do operador social construir meios para garantir uma vida digna para todos, ou seja, é preciso que se faça, é preciso ajudar a grande massa, isto é, a responsabilidade individual do líder, do operador social é construir a si mesmo; a responsabilidade social é proporcionar à massa de indivíduos condições que respeitem ao menos minimamente a dignidade humana.



A ruptura, a erradicação da pobreza não ocorrerá ampliando-se o leque de benefícios, auxílios e proteções, isto apenas estimula a preguiça, o comodismo, o parasitismo e onera cada vez mais o cidadão que trabalha e paga seus impostos. Deve-se, então, iniciar uma nova pedagogia, acoplando aos direitos, deveres conexos, responsabilizando o indivíduo, sem privilegiar e exaltar a pobreza.

Deve-se começar a incrementar o dever-direito de ser a si mesmo segundo as oportunidades histórico-sociais, de modo tal que, se todos têm um maior bem-estar, sobretudo, a maioria, também se estimula o sentido de satisfação, de novo humanismo e, portanto, a possibilidade de poder amar verdadeiramente o outro (MENEGHETTI, 2010, p. 51).

Sendo o relato uma das formas de contar o que se observou, de comunicar e disseminar tais conteúdos (SANTOS, 1999), a seguir descrevemos, na forma de relato de experiência, as observações realizadas desde o início da estruturação da Assistência Social.

O foco da observação centrou-se na reação dos usuários em relação às atividades implantadas. Procuramos perceber o grau de aceitação e de satisfação em relação aos trabalhos propostos, usando como parâmetro o número de participantes e as suas manifestações verbais. Outro aspecto observado foi quanto às demandas da comunidade, sendo estas também um indicador da satisfação em relação às mudanças implantadas e das expectativas dos usuários.

As mudanças dos usuários em sua atitude comportamental, sua forma de tratar e de se dirigir aos profissionais da área foi mais um dos aspectos avaliados ao longo do trabalho.

2 O resgate da dignidade, a responsabilização e o protagonismo da pessoa

O município de atuação tem cerca de três mil habitantes e metade da população reside na zona rural, cuja principal atividade econômica é a agricultura familiar, desenvolvendo apenas o cultivo para a própria subsistência. Na zona urbana, a predominância são as micro-empresas familiares do setor do comércio, assim, a base econômica apresenta poucas possibilidades de trabalho, gerando um contingente de famílias sem acesso ao emprego.

Busca-se relatar a experiência de atuação como Assistente Social, técnico de referência no desenvolvimento da Política de Assistência Social, que, no município, a



Assistência Social não está estruturada como Secretaria, é um departamento vinculado à Secretaria de Saúde. O órgão possui um gestor, com autonomia decisória e o Assistente Social exerce a função de assessor e consultor, planejando e coordenando a implantação e execução dos projetos.

No início da atuação profissional, há cerca de seis anos, este departamento não possuía uma política de atuação definida e as ações reduziam-se, praticamente, a realizar doações e conceder auxílios à camada mais pobre da população. Havia, também, uma realidade de forte agressividade dos usuários contra os gestores e demais profissionais. Apesar de o município despender boa soma de recursos em auxílios, os assistidos estavam não só descontentes, mas exigiam cada vez mais.

Aos poucos, começou-se a introduzir uma nova visão da Assistência Social, que muito mais que conceder auxílios, previa a participação dos usuários em atividades como oficinas de artesanato, oficina de produção de sabão, produção de pão caseiro, produção de enfeites com material reciclável.

Destacava-se que as atividades têm como objetivo desenvolver habilidades e potencialidades e promover a melhoria da autoestima, autonomia e sustentabilidade. No entanto, buscávamos, principalmente, a responsabilização dos usuários, uma vez que a Assistência Social não mais se caracteriza por apenas dar coisas aos mais necessitados, mas, sim e, sobretudo, proporcionar a participação destes em atividades produtivas.

Nesse sentido, as novas atividades buscam propiciar a aprendizagem, desenvolver o “saber fazer”. Nos grupos de mulheres, muitas delas, no início, mal conseguiam segurar as agulhas e pincéis, pois ficavam nervosas e inseguras. Aos poucos, com paciência e persistência foram aprendendo os pontos, os laços, as pinturas e, ao final, elas próprias mal conseguiam acreditar que são capazes de confeccionar tais produtos. É um orgulho presenciar o crescimento do aprender, do descobrir as próprias habilidades, ou seja, perceber que são capazes.

Inicialmente, foram implantadas oficinas de pintura em tecido e de produção de pães caseiros. Hoje já estão em funcionamento quatro grupos de produção de sabão e detergente artesanal, dois grupos de produção de pão, um grupo de cultivo de horta e três grupos de



trabalhos manuais. Os grupos têm entre cinco e doze participantes, compostos por mulheres com faixa etária entre 20 e 40 anos de idade.

O grupo de cultivo de horta é misto e tem trinta participantes. Todos os participantes são provenientes de famílias de baixa renda, com baixo grau de instrução, que nunca exerceram trabalho remunerado e sem qualquer qualificação profissional. Todas as atividades são acompanhadas por um monitor que orienta, ensina e corrige quando necessário, e funcionam durante todo o ano. Os participantes podem inscrever-se ou desligar-se livremente, porém, os grupos têm se mantido estáveis.

A produção de sabão, pão e horta possibilita o incremento indireto da renda familiar, pois, é a própria pessoa que produz e não necessita comprar os produtos. Na oficina de trabalhos manuais, são confeccionadas peças para uso pessoal ou para decoração da moradia e a maioria faz uso próprio dos bens produzidos, porém, as mais habilidosas e dedicadas vendem os produtos, ou seja, fizeram da atividade uma fonte de renda.

Com a nova metodologia implantada, buscou-se, ao menos minimamente, responsabilizar o indivíduo pela participação nas atividades e confecção de determinados produtos (sabão, pães, mantas, almofadas, guardanapos), que são doados a quem os produz. Paralelamente, desenvolve-se o orgulho de poder dizer “eu fiz”, de sentir-se útil, capaz e participante.

Outro resultado observado diz respeito às demandas, tais como solicitações por doações e auxílios foram substituídas por solicitações por novas oficinas; expansão da oferta de serviços também para a zona rural; possibilidade de participação de pessoas de outras classes sociais; criação de oficinas para adolescentes entre outras.

Assim, pouco a pouco a agressividade e o descontentamento infundável deram lugar a uma nova relação entre técnicos, gestores e usuários, relação amistosa e cordial, baseada no respeito mútuo. O envolvimento dos usuários nas diversas atividades possibilitou ainda o protagonismo, a inclusão social, a participação comunitária e a geração de renda.

Entendemos que a assistência social passou a cumprir seu verdadeiro papel que é o de proporcionar a todo o indivíduo o direito de se desenvolver, de participar. Se o indivíduo, por comodismo próprio ou estimulado pelo estado, perdeu a iniciativa, a motivação, o voluntarismo de construir a si mesmo, de conquistar, de autorrealizar-se, somos nós que



devemos propor, incentivar e sem imposição esta possibilidade de se desenvolver e trabalhar, resgatando, com isso, a dignidade e o orgulho de também contribuir para a melhoria do contexto onde está inserido.

Referências

AFONSO, Eduardo. Política e educação. Conhecimento histórico para tomada de consciência. **Revista Performance Líder**, São Paulo, Ontopsicológica Editrice, Edição Especial, p. 86-93, 2010.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MENEGHETTI, Antonio. As raízes da pobreza. **Revista Performance Líder**, São Paulo, Ontopsicológica Editrice, Edição Especial, p. 50-51, 2010.

MIRANDOLA, Pico della. **A dignidade do homem**. Reimpressão. São Paulo: Escala, 2010.

SANTOS, Antonio Raimundo dos. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1999.